



# Anais da Assembléia

Nº 158

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA  
ATA DA 156ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 1.980  
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Gabriel Sampaio e Gabriel Manoel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Del Ciel, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. 47; achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Tadeu Lúcio Machado, Cyro Martins, David Cheriegate, Deni Schwartz, Fidelcino Tolentino, José Domingos Scarpelini, Leônidas Chaves, Nilso Sguarezi, Romero Filho, Rosário Pitelli e Trajano Bastos. (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Em nome da Bancada do PDS, com assento nesta Casa, solicito, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista David Nasser.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, bem como à direção da Revista "Manchete", da qual o ilustre jornalista era antigo colaborador.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1.980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Srs. General João Baptista Figueiredo, DD. Presidente da República, Ministro dos Transportes, Governador do Estado e Secretário dos Transportes, solicitando para que enviem esforços no sentido de que seja efetuada a duplicação

da BR-277, a partir do km 565, onde se localiza a balança de pesagem eletrônica até o km 604, onde se encontra o entroncamento da PR-182, estrada que demanda ao Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1.980.

(a) EGON PUDELL.

## JUSTIFICATIVA:

Cascavel, cidade situada no Oeste do Paraná, colocada entre as cinco maiores do Estado, quer em população, como em arrecadação do ICM, e que já passou por vários ciclos de transformação, tal como o da madeira e o da soja, parte hoje para uma nova meta que é a da industrialização, com a implantação de seu Distrito Industrial.

A sugestão que ora propomos é em virtude de que o referido Distrito se localiza às margens da BR-277, uma das mais movimentadas de todo o Estado, devido o seu corredor de exportação entre a região e o Porto de Paranaguá.

Tal duplicação virá beneficiar sobremaneira toda a área do Distrito Industrial que será implantado, a atual área industrial já existente, bem como a demanda de veículos do trecho compreendido entre Cascavel e o Distrito de Santa Tereza, onde se localiza o entroncamento com a estrada para Capitão Leônidas Marques.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições legais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, que seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de congratulações ao jornal "A VOZ DO POVO", de Umuarama.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1.980.

(a) ROMERO FILHO.

## JUSTIFICATIVA:

Por motivo de seu retorno à circulação, depois de certo período de recesso, e que continua sob a corajosa direção do fundador Sr. EDSON L. GOMES, e que conta com a colaboração valiosa dos jornalistas Srs. CESAR BELTRAME e JORGE ANTUNES.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, sugerindo a adoção urgente de um programa que possa ANISTIAR as multas impostas contra os motoristas de táxi em Curitiba.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1.980.

(a) MÁRIO CELSO.

## JUSTIFICATIVA:

Considerando o grande drama vivido atualmente pelos motoristas de táxi, devido a crise do petróleo;

considerando que o Natal está próximo, com muitos profissionais do volante passando por verdadeiras privações;

considerando que os fiscais da Prefeitura estão multando de forma violenta e sucessiva os motoristas, provocando reclamações gerais da classe;

considerando que a meta do Governador e do Prefeito é "o homem" em todos os seus aspectos, principalmente o social;

**SUGERIMOS:** uma ANISTIA total para as multas impostas pelos fiscais da Prefeitura, através do Departamento dos Serviços de utilidade pública.

Vários motoristas estão em situação delicada, pois foram multados mais de uma dezena de vezes, em menos de um mês.

Uma situação muito difícil, pois não estão em condições de saldar a dívida.

O pior é que quando foram comunicados das infrações elas já estavam emitidas, sem condições de contestação.

Somente o carro AT 1472 foi multado 17 vezes, em menos de um mês, somando mais de oito mil e quinhentos cruzeiros de multa.

#### PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 181/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública o GRUPO ESPÍRITA LINS DE VASCONCELOS, com sede na Cidade de Jandaia do Sul.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1980.

(a) GILBERTO CARVALHO.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

É sua finalidade o estudo teórico e prático do espiritismo, a criação de escolas, hospitais, albergues, asilos, creches e outras finalidades de caráter filantrópicas em prol da coletividade de Jandaia do Sul.

Desta forma, apresentamos o presente plano de lei, à consideração dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Palácios, inscrito.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Há mais de uma década, o Norte Pioneiro já prescindia de energia elétrica, para seu desenvolvimento.

A Companhia Hidrelétrica Paranapanema, responsável pelo fornecimento da mesma, a municípios (29), já na época deixava muito a desejar.

Além do fornecimento de energia ser insuficiente, os serviços de atendimento ao público eram péssimos.

Surgiram as campanhas, de caráter público, quando o povo, homens públicos, clubes de serviços, jornalistas empunhavam a mesma bandeira em busca de solução para questão de energia elétrica, que entravava a tudo e a todos.

Quando assumimos nossa cadeira na Assembléia Legislativa incluímos como prioridade de trabalho, batalhar para que nosso povo pioneiro, e o Paraná tivesse energia elétrica suficiente para o seu desenvolvimento o que somente poderia acontecer, quando a COPEL assumisse os serviços.

Durante o período de meses (18) fizemos pronunciamentos (4) da tribuna da Assembléia Legislativa, quando obtivemos apoios de todos os Srs. Deputados e da equipe de jornalistas que compõem o Comitê de Imprensa do Poder Legislativo e os jornais do Paraná.

O Governador Ney Braga, homem público, sensível, humano e sempre preocupado com o bem estar de seu povo e o desenvolvimento do Paraná, incorporou-se na campanha e após muitos esforços e trabalhos, junto também ao Minis-

tério das Minas e Energia, determinou à COPEL, que procedesse estudos a fim de viabilizar a solução da questão.

A COPEL, passou ao trabalho imediatamente e justificando sua posição de uma das melhores companhias estatais do setor, concluiu pela necessidade e possibilidade de incorporação da Companhia Paranapanema, e o Governador Ney Braga determinou que assim fosse feito e para a satisfação de todos os paranaenses em especial os do Norte Pioneiro, dia 12/12, do corrente assumirá os serviços.

É nosso dever, destacar também o empenho dos engenheiros Douglas da Luz, Presidente da COPEL, Paulo Aguiar e outros técnicos da COPEL, e Véspero Mendes, Secretário do Planejamento.

Nossos cumprimentos a toda essa equipe e ao grande Governador Ney Braga em nome do povo, prefeitos e vereadores dos municípios (29), que serão beneficiados com a medida."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Instantes atrás, questão de 15 minutos, estávamos participando de uma reunião da Associação dos Motoristas de Táxi de Curitiba, reunião essa que ocorreu aqui ao lado no Centro Cívico, em praça pública, já que a Associação ainda não tem condições de possuir uma sede própria.

Nessa reunião, foram debatidas duas propostas dos profissionais do volante, para que a classe não seja prejudicada com esta crise que envolve o petróleo e, conseqüentemente, faz, provocar o desespero dos profissionais do volante.

A Prefeitura Municipal de Curitiba, através de seu departamento competente, estabeleceu um aumento de dezesseis cruzeiros sobre a bandeirada, e a utilização da bandeira um.

O que provocou uma revolta total da classe.

Os motoristas, absolutamente, aceitaram essa proposição partida da Prefeitura. Eles colocaram em votação na tarde de hoje, duas propostas.

A primeira, essa tabela atual gerada na Prefeitura, com a saída da bandeirada de dezesseis cruzeiros a mais. Hoje está em vinte e um cruzeiros, ela vai para trinta e sete e mais a utilização da bandeira 2 até o mês de janeiro.

A segunda, seria a equiparação da bandeirada, ao preço do litro da gasolina.

No caso então, a bandeirada sairia hoje de cinquenta e um cruzeiros, que é o preço do litro da gasolina. E ainda, cento e setenta e cinco cruzeiros, da chamada "taxa de retorno", saindo do perímetro urbano, o motorista teria condições então, de cobrar pela volta, pelo retorno, mais cento e setenta e cinco cruzeiros.

nesta segunda proposta, seria utilizada então a bandeira 1 e na reunião, na assembléia dos motoristas, com a participação de dezenas deles, foi aprovada a proposta número dois. Equiparar a bandeirada ao preço do litro da gasolina. A saída na base de cinquenta e um cruzeiros, mais uma taxa de retorno para os carros que deixam o perímetro urbano, com cento e setenta e cinco cruzeiros a mais.

Essa proposta, está sendo debatida nesse exato momento, no salão da Prefeitura Municipal de Curitiba, com o Dr. Tancredo.

E nós esperamos que a Prefeitura possa avaliar essa proposição da melhor forma e, dentro do bom senso, estabelecer o que pede a classe. Porque do contrário, teremos um impasse criado, já sentimos a disposição dos motoristas de Curitiba de chegar ao último recurso, que é a paralização. O que não é bom para ninguém, nem para a população, muito menos para os próprios motoristas de táxi.

Acreditamos então, que o bom senso prevaleça e deixamos aqui registrado então, essa nossa participação no movimento dos motoristas de táxi, acreditando que, realmente, a classe vive momento difícil e que merece todo o prestígio.

Estou entrando com um requerimento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sugerindo diante da situação, à Prefeitura Municipal de Curitiba, estou sugerindo, não estou exigindo, nem pedindo, apenas sugerindo, para não ferir a autonomia municipal. Fui Vereador na Cidade de Curitiba e sei que é desagradável quando um Deputado interfere no setor municipal. Então, por isso, não interfiro. Sugiro e a própria Câmara pode oficializar através de um projeto de lei, pode oficializar através de uma solicitação, de uma mensagem do Sr. Prefeito.

Estamos sugerindo a elaboração de um esquema ou programa, que possa anistiar as multas dos motoristas de táxi em Curitiba.

É incrível o número de multas aplicadas sobre o motorista.

O pior de tudo, é que os fiscais da Prefeitura Municipal, do Departamento de Serviço de Utilidade Pública, através da divisão de táxi, serviço de fiscalização, ficam escondidos, a multar motoristas de táxi.

E os motoristas não assinam, qualquer documento desta multa, não tomam conhecimento da multa. Só tomam conhecimento, quando ela já está naturalmente oficializada, sem tempo já de conseguir uma contestação ou a anulação desta multa.

Então, nós propomos à Prefeitura para que dê esse presente de Natal aos motoristas, que vivem o maior drama de suas vidas.

É o drama do preço da gasolina, conseqüentemente, com o aumento da bandeirada e conseqüentemente com a fuga de seus passageiros.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 17 multas, 17.

Somente de um automóvel, do 1472, em menos de um mês.

Simplesmente por uma desavença com o fiscal, o fiscal deixou de entrar naquela tradicional panelinha, ele se afastou da turma e passou a aplicar multa indiscriminadamente, conseqüentemente, esse motorista está com oito mil e quinhentos cruzeiros para pagar dentro dos próximos dez dias.

E, dentro dos próximos dez dias teremos o Natal, como fica a família desse motorista e de outros tantos?

Esse é um caso, só ali no local agora há instantes atrás, encontrei mais de 20 casos de multas assim indiscriminadas com blocos de 10, 15, 20 talonares.

É incrível a situação.

Então, nós pedimos, Sr. Presidente a anistia geral para as multas de motoristas de táxi.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Daros) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos reforçar aqui o requerimento aprovado por esta Casa, que endereçamos ao Presidente da República, sugerindo que seja nomeado para o cargo de Ministro da Agricultura que além de paranaense, tenha representação no setor rural.

Reforçamos, portanto, o apelo ao Presidente da República, no sentido de indicar para o Ministério da Agricultura um paranaense.

Um Estado que contribui com vinte e nove por cento da produção agrícola do País, não tem nenhuma representação no Executivo federal.

Amaury Stábile demonstrou até aqui total incapacidade.

Notícias de Brasília dão conta de que Stábile será demitido provavelmente na primeira quinzena de janeiro.

Já se fala em nomes como Alessio Vaz Primo, da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, muito cotado para ocupar o posto de Ministro da Agricultura. Fala-se também em Reinhold Stephanes, Secretário de Estado da Agricultura.

O problema não é saber nomes, o importante é que seja paranaense, identificado com o setor rural. Chega de Ministro da Agricultura que confunde grão de café com jabuticaba.

Não estamos reivindicando para o Estado do Paraná. o Ministério da Justiça, pois dizem que Abi-Ackel também vai cair, assumindo o seu posto Marcos Maciel ou Antônio Balbino. Mas para o Ministério da Agricultura exigimos um paranaense, pelo que o Estado representa em termos de produção agrícola.

Estamos encaminhando à Mesa, Sr. Presidente, dois requerimentos. Um ao Conselho Monetário Nacional, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Ministério da Indústria e Comércio e Banco Central, solicitando a redução imediata do Imposto sobre Operações Financeiras - ISOF (Lê):

“Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente às seguintes autoridades: Ernani Galvêas, Ministro da Fazenda; Antônio Delfim Neto, Ministro do Planejamento; João Camilo Pena, Ministro da Indústria e Comércio; Carlos Langoni, Presidente do Banco Central e aos membros do Conselho Monetário Nacional, solicitando a redução imediata do Imposto sobre Operações Financeiras - ISOF - incidente sobre operações bancárias destinadas às empresas em geral.

Nesses tempos em que as empresas estão pagando altas taxas de juros, elevando substancialmente os seus custos operacionais e diminuindo, com conseqüência, seus resultados, não nos parece justo que apenas o Governo continue a abocanhar a gorda e compulsória fatia do ISOF em todas operações feitas pelas empresas com a rede bancária.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1980.”

O outro requerimento ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento solicitando, em nome da Associação Comercial de Londrina, imediata revisão do percentual da tabela progressiva do Imposto de Renda: (Lê):

“Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ministro da Fazenda, Sr. Ernane Galvêas e ao Ministro do Planejamento, Sr. Antônio Delfim Neto, solicitando, em nome da Associação Comercial de Londrina, imediata revisão do percentual de reajuste da tabela progressiva do Imposto de Renda para o ano de 1981, bem como dos valores admitidos para abastecimentos diversos.

Segundo tabela anunciada pelo Ministério da Fazenda, o percentual de reajuste foi de apenas cinquenta e cinco por cento para uma inflação de mais de cem por cento.

Com isso, o já sofrido povo brasileiro vai arcar, na prática, com um aumento de quarenta e cinco por cento no imposto de renda a recolher aos cofres públicos.

Esse fato vai representar redução na capacidade financeira da população e tornar ainda mais gritante a tremenda injustiça que se comete neste País, de arrancar imposto de renda de quem não consegue sequer alimentar e educar adequadamente a sua família: os assalariados. Como pretender o fortalecimento da poupança interna com medidas dessa natureza?

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1980”.

Fazemos estas reivindicações a nível de requerimentos atendendo a uma solicitação do Presidente da Associação Comercial de Londrina, porque a Confederação das Associações Comerciais do Brasil lançou a ação política-empresarial,

que tem como objetivos básicos:

- desenvolver uma política de atuação e influência junto às áreas decisórias da esfera estadual, federal e municipal, para aumentar a capacidade de participação do empresário brasileiro na vida política do País;

- atender ao anseio do empresariado brasileiro pelo desenvolvimento econômico, político e social do País, valendo-se de princípios de concentração e coordenação de iniciativas;

- prestigiar, estimular e motivar os membros do Congresso Nacional e das Assembléias Estaduais e Municipais, levando diretamente ao seu conhecimento as repercussões e as críticas favoráveis ou não, que sua atuação suscitou nas áreas econômicas, sociais e financeiras da Nação.

Endereçamos então à Mesa, Sr. Presidente, para critério da Casa, esses dois requerimentos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Estamos encaminhando nesta data e nesta oportunidade, um voto de regozijo pela passagem do 28.º aniversário de emancipação política de Francisco Beltrão e aproveitamos, para, desta tribuna, convidar em nome da municipalidade e do povo beltronense, os nobres Deputados e funcionários desta Casa, para uma visita e participação das festividades.

Nesta semana está se realizando, também, no citado município, a VI Exposição Estadual de Suínos, a Feira de Bovinos e a Exposição de Indústria e Comércio.

A VI Expobel, mostra colorida do desenvolvimento sudoestino, já em funcionamento desde o último dia 6, está tendo hoje sua abertura oficial, com extenso programa até o próximo dia 14.

O cumprimento de nossos deveres parlamentares impede-nos de estarmos presentes no município. Mas, ainda hoje, estaremos nos deslocando para lá e esperamos poder recepcioná-los, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em Francisco Beltrão.

Esta Exposição-Feira, está recebendo o pleno apoio de toda uma região e recepcionando visitas ilustres como, entre outras, do Dr. Fernando Fontana, do Dr. Reinhold Stephanes, do Cel. Haroldo Ferreira Dias e do Dr. Renato Johnsson.

Traz, a par das atrações tradicionais destes eventos, outras iniciativas de cunho desenvolvimentista regional, tais como a Primeira Feira do Mel e a Primeira Feira da Indústria Caseira de Alimentos.

Esta iniciativa da Prefeitura Municipal, a braços com o empresariado urbano e rural, vem coroar de êxito esta exposição, que além de dizer de perto da potencialidade do município e região, é também estímulo — e dos importantes — para o incentivo à produção, melhorias da produtividade, facilidade de comercialização e fator aglutinador de interesses de produtores e compradores.

O município aniversariante é o retrato do dinamismo do Paraná de hoje. Com apenas 28 anos de vida autônoma, possui mais de 70 mil habitantes e cerca de 30 mil eleitores.

Com sua suinocultura pujante e moderna, enfrentando é certo, no momento, um período de crise, que logo temos certeza, será contornado pelas medidas já adotadas pelas que em breve virão, Francisco Beltrão destaca-se por uma expressiva criação de bovinos, uma avicultura em franco desenvolvimento e uma atividade agrícola exemplar.

Os setores industriais e comerciais despontam igualmente como elementos fundamentais no desenvolvimento do município e região, pela importância de suas indústrias e pela variação e diversificação de seu comércio.

Novas indústrias, como a fábrica da Coca-Cola, o frigo-

rífico Chapecó-Paraná, a Imcoplast, a Tram's, a Indústria de Laticínios, e uma dezena de indústrias madeireiras, são, entre outros, exemplos de dinâmico parque manufatureiro de Francisco Beltrão.

Mas Beltrão não é só economia em projeção.

O asfaltamento e calçamento de 80% do perímetro urbano da cidade, o Projeto CURA já em andamento, a eletrificação rural, escolas desde o primeiro grau até o ensino superior, postos de saúde, núcleos habitacionais, Centros Sociais Urbanos, Obras de Segurança e de Lazer, entre outras, são atestados dos mais eloqüentes com a preocupação primeira da administração, o homem — início, meio e fim — de qualquer governo voltado aos reais interesses da coletividade.

Cumprimentamos Beltrão e os beltronenses, em particular sua administração municipal, na pessoa do Prefeito João Baptista de Arruda.

Renovamos nosso convite, para que os integrantes desta Casa de Leis deem-nos o prazer de recepcioná-los nesta semana em Francisco Beltrão.”

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, inscrito.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Todos nós sabemos as dificuldades que o povo brasileiro está vivendo e como a maioria de nós Deputados aqui desta Assembléia Legislativa somos oriundos da zona rural paranaense, a consciência dos problemas dos agricultores é maior ainda.

E só não entendemos como o Governo Federal demonstra não ter sensibilidade com os produtores brasileiros que cada vez mais estão se tornando mais pobres e menos esperançosos. Tudo por falta de um planejamento orientado para as verdadeiras necessidades dos agricultores e não para o favorecimento de uns poucos e para simplesmente recheiar de belas e difíceis palavras os projetos dos tecnocratas em detrimento do verdadeiro progresso social.

Senhores, agricultura sem planejamento nos dias atuais é o suicídio lento e agonizante dos produtores.

Os custos parciais que compoem o custo final em cada cultura tais como depreciação de benfeitorias, custo horário de equipamento, salários, adubação, juros bancários, inflação etc., etc., precisam ser estudados devidamente como também são necessárias atenções para os custos extraordinários devido a secas, geadas e excesso de chuvas.

E para aqueles que negam a necessidade deste trabalho básico e afirmam que no Brasil todos aqueles que trabalham podem comer, ter sua terra e sua moradia, eis alguns dados que mostram não ser tão fácil as coisas para quem depende de financiamentos bancários e vive sujeito a boa vontade governamental.

- Uma casa de madeira necessária para o lavrador e sua família se manterem no local de serviço custa cinco mil cruzeiros o metro quadrado. Com este preço uma residência de 80 metros quadrados se aproxima dos 400 mil cruzeiros.

- Uma cerca necessária para evitar invasões de animais e estranhos sai por setenta cruzeiros o metro. Uma propriedade média necessita de 1.200 metros de cerca que resultam em oitenta e quatro mil cruzeiros.

- Um galpão-silo de madeira para guarda de ferramentas, colheita, insumos e equipamentos custará quatro mil cruzeiros por metro quadrado e tendo tamanho mínimo de 50 metros quadrados chegará aos 200 mil cruzeiros.

Total para este investimento mínimo: 684 mil cruzeiros. Quantia que sofre uma depreciação com o passar dos anos.

Estimando um prazo de vida útil de 15 anos para as construções rurais de madeira, dividindo pelos dez hectares cultivados anualmente, que uma propriedade com estas proporções permitiria, teríamos um custo de depreciação das benfeitorias mínimas necessárias por hectare/ano igual a quatro mil e quinhentos e sessenta cruzeiros por ano. Este seria em outras palavras, o custo do aluguel anual das benfeitorias necessárias ao cultivo da terra.

Isto tudo, Senhores Deputados, não é novidade, é apenas um princípio básico elementar e corriqueiro de engenharia de custeio o que, repetimos, parece tabu para os nossos técnicos federais que preferem atrelar o desenvolvimento social do Estado a quantidade de produtos agrícolas que poderemos exportar em detrimento do bem-estar que a produção e comercialização possam trazer aos lavradores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Até agora só lembramos o mínimo indispensável para os produtores. Existe ainda para se levar em conta, os custos de destoca do solo. Atualmente, este custo no Paraná em terrenos não muito íngremes e de capoeira, está em torno de cinquenta mil cruzeiros pelo alqueire. Vamos admitir que o solo após a destoca suporte 15 anos de cultivo consecutivo, o que realmente é ser otimista.

Findo este prazo é de supor que o solo esteja totalmente desgastado pela erosão, perdas de matéria orgânica etc.

Seria então necessário um descanso e um reflorestamento por longo período ou mesmo uma super-adubação orgânica.

Se admitirmos o custo da destoca depreciado em quinze anos chegaríamos a quantia de mais mil e trezentos e trinta e três cruzeiros por hectare.

Só estes dados já seriam suficientes para sensibilizar qualquer governo realmente preocupado com o bem-estar dos agricultores.

Mas infelizmente, a preocupação com o homem não é normal nos gabinetes dos planejadores de Brasília.

E, comprovando, a lista de gastos do homem do campo vai mais longe ainda sem preocupar os tecnocratas.

Existe o preço da calagem com a necessidade de renovação de calcário a cada cinco anos que pode representar mais dois mil cruzeiros/ano por hectare.

Existe o custo horário do equipamento. Um trator custa quinhentos e vinte e oito mil cruzeiros, tem vida útil de dez mil horas e custa cinquenta e dois cruzeiros e oitenta centavos por hora, sem estar incluído o combustível e o operador.

E existem muitos outros fatores que só oneram o lavrador. Como exemplo, o custo do quilograma do adubo que chega a doze cruzeiros, enquanto o quilograma do defensivo é de cento e cinquenta cruzeiros.

E se quisermos acrescentarmos mais um dado ao triste quadro da realidade em que vivem os nossos produtores, é só lembrarmos seus vencimentos em relação ao tempo de trabalho.

Se considerarmos que, para tomar conta de dez hectares serão necessários dois agricultores e o custo de seus salários durante os meses que vão desde o preparo do solo até a colheita, ensacamento e armazenagem, da cultura, devemos debitar o valor ao custo da produção do cereal.

Admitamos como base de cálculo, um salário de seis mil cruzeiros mensais do agricultor e seu auxiliar, salário este baixo se considerarmos que o agricultor não tem assistência médica e outros benefícios do INPS e nem seguro contra acidentes.

Com este índice veremos que a cultura de feijão e trigo (média de cinco meses) tem um custo por hectare de seis mil cruzeiros enquanto a da cana (média de 13 meses) chega a quinze mil e seiscentos cruzeiros.

Além disso temos que considerar que na maioria das vezes, é feita apenas uma colheita por ano e durante o restante do tempo o agricultor teria que ter outra ocupação para prover

o sustento de sua família.

Lembremos que para cultivar dez hectares de terreno dois agricultores é um número muito baixo. Se não, vejamos: o Paraná tem uma área agrícola mecanizável estimada em dez milhões de hectares. Isto equivaleria a um milhão de propriedades de dez hectares que dariam emprego para dois milhões de agricultores, o que representa dezesseite por cento da população do Estado, percentagem sem dúvida bem menor do que seria socialmente desejável e bem menor que a realidade, mostrando que temos uma remuneração ínfima ao agricultor.

Só com este panorama já se pode notar que existe uma grande disparidade entre o preço mínimo fixado pelo Governo e o preço que seria justo para tornar a agricultura mais rentável para os produtores.

Confirmando, analisemos dois dados:

— O milho tem o custo de produção sem lucro de trinta cruzeiros e sessenta centavos. O preço justo com o acréscimo de trinta e cinco por cento relativo a bonificações e despesas indiretas deveria ficar em quarenta e um cruzeiros e trinta centavos. Paradoxalmente, o preço mínimo oferecido pelo Governo é de sete cruzeiros e noventa centavos que apresentam um prejuízo de vinte e dois cruzeiros e setenta centavos por quilograma e mais setenta e quatro por cento em relação ao capital empatado.

— O outro dado é referente ao custo da safra e o preço nos supermercados. Neste ano, o preço para o consumidor é de dezesseis cruzeiros por quilo do milho e o preço do custo da safra fixado para 1981 é de trinta cruzeiros e sessenta centavos.

Examinando estes números vemos que o lavrador que vender sua safra pelos preços mínimos estipulados pelo Governo estará falido em no máximo dois anos se por imprudência resolver persistir a plantar alguma coisa. O que indica que os preços mínimos calculados pelo Ministério da Agricultura são na melhor das hipóteses um cálculo mal feito, necessitando serem reexaminados com urgência.

Os nossos agricultores já tão endividados e perderão de certo suas propriedades hipotecadas, as quais estão cada vez mais se concentrando em mãos de grandes grupos internacionais.

Também concluímos que pesa muito no custo dos produtos agrícolas a correção monetária devido a inflação (só na cultura da soja, esta correção pode chegar a mais de treze mil cruzeiros por hectare/ano).

Assim se tivermos uma inflação de sete por cento ao mês, teremos que cerca de trinta por cento do custo total médio dos produtos agrícolas se devem à inflação.

A solução, acreditamos que estaria na fixação de preços mínimos mais justos e que estes preços mínimos sejam reajustáveis de acordo com as necessidades.

E para tanto é nosso dever de representantes do povo levarmos adiante esta bandeira de defesa de nossos agricultores pois, do contrário, estaríamos omissos."

Obrigado.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, Vossa Excelência procede de uma região que, felizmente, ainda não está contaminada pelas grandes empresas agrícolas que, dentro do panorama geral do Paraná e do Brasil, tem fugido ainda da intensiva mecanização e da preocupação voltada única e exclusivamente para o mercado externo.

Ouvindo o pronunciamento de Vossa Excelência estava imaginando uma figura rara na política brasileira que é o sonhador. Porque, Vossa Excelência apontando idéias de grande expressão, que esbarrariam com obstáculos seriíssimos pela frente. Entretanto, Vossa Excelência já mostra também a grande barreira que é, exatamente, essa tecnocracia implantada no

País, tecnocracia essa acostumada com a sua função específica de ser garção do poder, bajular quem está comandando a estrutura do poder, para objetivar a grande meta perseguida por todo autoritarismo que é a continuidade do poder.

E em razão disso, como instrumental, eles usam como instrumental, usam exatamente da realidade objetiva dos fatos que ocorrem no País.

De forma que, todo ano, os Parlamentares desta Casa, como ademais todas as redações de jornais de órgãos de comunicação, todos os gabinetes, recebem publicações de uma excelente feitura técnica indicando projetos e prospectos provenientes exatamente desses gabinetes. Mas, quando a pessoa vai para o interior, passa a ver uma realidade completamente diferente, um camponês desanimado, desesperançado, tângido de sua própria terra, forçado a vir para os grandes centros urbanos, onde as perspectivas de vida desaparecem.

Vossa Excelência é de uma felicidade muito grande quando enfoca um assunto que, para nós é fundamental: a que é a área primária da produção brasileira. Com esses 16 anos de autoritarismo, essa área está sendo asfixiada. Mas, mais do que asfixiada, está perdendo, e perdeu todo seu poder decisório a favor das grandes empresas multinacionais que apenas ainda não têm as terras e apenas ainda não têm a mão-de-obra, mas detém o mercado interno e externo, detém o mercado das máquinas, detém o mercado dos defensivos dos fertilizantes, mostrando claramente que o movimento dos defensivos dos fertilizantes, mostrando claramente que o movimento militar de 64 foi feito para essa minoria e está sendo mantido pela repressão e pelas armas exatamente a favor dessa minoria.

Apenas desejo que Vossa Excelência, no próximo ano legislativo, volte com esse mesmo entusiasmo a defender esse setor primário da produção brasileira que está, hoje, praticamente dentro do abismo e do caos.

Apenas quero cumprimentar Vossa Excelência por esse pronunciamento e dizer que a Bancada do PMDB sente mais uma vez um orgulho muito grande em ter Vossa Excelência como um dos seus mais destacados representantes.

**O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO** — Agradeço o aparte do nobre Deputado e aproveitando as suas palavras, digo que o nobre Deputado disse muito bem, quando frisou a respeito de que pequeno agricultor foi forçado (a palavra que o nobre Deputado usou) a vir para os grandes centros.

Eu sei porque provenho de uma região essencialmente agrícola, formada por pequenos agricultores e acredito que no Paraná, o número de propriedades rurais seja o maior município em propriedades rurais, em torno de 10.000 propriedades rurais.

O que tenho sentido, já que é uma agricultura primária e ao mesmo tempo pequena, como por exemplo, nessa última safra do milho e do feijão, o que aconteceu foi simplesmente uma barbaridade, o que foi feito com esses agricultores. Simplesmente porque tenho conhecimento, não só de um caso, mas de centenas de casos, de agricultores que vivem exclusivamente da planta do feijão, digamos assim, e teve que vender a sua produção na faixa de Cr\$ 800,00 o saco, porque tentou segurar um pouquinho. Acontece que o próprio Governo ajudou a que ele soltasse o produto por uma quantia ínfima, porque veio o boato de que quem não vendesse ia ser confiscado o produto ou coisa parecida, ou então que ia ser exportado feijão e o que aconteceu foi que aquele agricultor vendeu por Cr\$ 800,00, quando se ele segurasse um pouco mais, poderia ter vendido a cinco, seis ou até sete mil cruzeiros o saco de feijão.

Então, note-se que a política do Governo é totalmente contrária ao interesse do agricultor, daquele que, por sinal, é o responsável inclusive pela mesa que todos aqui temos no nosso dia-a-dia, de maneira que o Deputado foi muito feliz

quando abordou esse êxodo rural em que os agricultores se vêem forçados a vir para grandes centros e aproveitei para dar um exemplo, porque acho que vem muito bem explicado o que o nobre Deputado quis dizer.

**O Sr. Nilton Friedrich** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

É fundamental nesta tarde, não só cumprimentá-lo pela importância do tema mas, trazer o testemunho da preocupação da nossa bancada que há pouco tivemos o Fiori Luiz do PMDB, analisando a questão a nível de cúpula. Ministro da Agricultura, dizia o Deputado Fiori Luiz, que possivelmente não conheça e saiba a diferença entre grão de café e a jabuticaba.

São os mesmos homens que criaram tantas outras coisas como o feijão "Delfim", plantado e colhido com próagro. Como tantas outras medidas, que impressionam a qualquer pessoa medianamente interessada na questão alimentar deste País.

Mas, o que nos preocupa, além das excelentes colocações que trouxe à tribuna, foi de que estão aí as notícias anunciando o aumento do juro agrícola. E o Governo está fazendo isso em cima de duas hipóteses: primeiro, provando de que, o juro de quarenta e cinco por cento previsto para alguns setores da agricultura para 1981, deverá ser compatível com o índice da inflação. Isso na sua proporcionalidade. Porque o próprio Governo está apostando que a inflação será maior do que a de 1980. E de outro, o Governo joga em cima de uma nova super-safra.

Ora, sabemos que não houve super-safra esse ano. Foi uma safra normal, devido a frustrações e dificuldades das anteriores e a prova disto, o consumidor não sentiu o resultado da super-safra. E para termos uma boa safra, para compensar inclusive o juro, para poder dar um pouco de rentabilidade ao produtor que está descapitalizado e endividado, precisaríamos de uma excelente safra e com ótimos preços. Como sabemos que isto depende, primeiro de São Pedro, porque a agricultura tem esta variável, o seu componente de jogar com o clima e com o tempo, nós temos que colocar a segunda: que o Governo, mais uma vez, provando a sua preocupação mais com o sistema financeiro, mais com os banqueiros do que propriamente com o agricultor.

Ao levantar estes aspectos, Vossa Excelência acabou de colocar o problema da soja, custo de produção, nós chegamos ao incrível de termos, no País, quarenta e seis por cento do dinheiro que entra no País com a exportação de soja, voltamos a gastar importando fertilizantes.

Isto efetivamente prova tal dependência que esta cultura trouxe para a economia do País e, portanto, para os agricultores. No momento que estamos contando, para 1981, com três bilhões de cruzeiros que a soja possa dar de rendimento de divisas ao País, não devemos esquecer que quarenta e seis por cento já estarão comprometidos para a importação de fertilizantes das multinacionais que vieram e trouxeram esta cultura para a Nação.

Portanto, é o traço, o perfil de como vivemos o modelo agrícola que também é uma mesma situação no modelo agrário e no modelo econômico. A Revolução virá do campo, porque é neste que a coisa hoje está mais presente, porque lá se produz e nem o produtor está satisfeito e nem o consumidor. Hoje o produtor produz e quem leva são as grandes indústrias, os grandes intermediários.

Parabéns pela sua manifestação, principalmente por tratar deste assunto, provando a preocupação de nossa gente, dos nossos companheiros, com este assunto tão importante para o Estado do Paraná.

**O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO** — Agradeço o aparte do



nobre Deputado e gostaria de incluí-lo em meu pronunciamento, já que o nobre Deputado vem de uma região essencialmente agrícola e tem se destacado, neste ano que passou, no problema da agricultura do Estado do Paraná.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Gilberto Agibert Filho, cumprimento Vossa Excelência pela oportunidade do tema que traz à tribuna nesta tarde. Sem dúvida alguma, o agricultor brasileiro, principalmente o agricultor da Região Sul, que foi induzido a uma agricultura dirigida para a exportação e não para resolver o problema da fome do povo brasileiro, realmente está perplexo pelo alto custo das lavouras nas safras de 80-81. Só para ter uma idéia no caso da soja que foi vendida a safra de 79-80, em média, em torno de 500 cruzeiros no mês de junho, julho, hoje está na ordem de quase mil cruzeiros a saca.

E se pegarmos o reajustamento de cálculo básico do preço mínimo, porque o preço mínimo dado pelo Governo é baseado no reajustamento dos insumos, os insumos tiveram uma alta, nos últimos doze meses, de quase cento e sessenta por cento.

Veja Vossa Excelência que um dos componentes do petróleo, no caso o óleo diesel, teve uma alta de duzentos por cento no período. O cálculo básico do preço mínimo teve um reajustamento de cento e dez por cento.

Nota-se que o modelo agrícola é para sugar as parcas economias do agricultor brasileiro, é para sugar o sangue, o suor, as lágrimas do agricultor brasileiro.

Vossa Excelência levantou um aspecto muito bem: o Governo que deveria se preocupar com o pequeno produtor rural, se preocupa tão somente com o latifundiário. Mas isto é histórico, porque se pegarmos a história de nossa colonização, iremos ver que desde o início já se deram, para os Srs. de Portugal daquela época, áreas imensas, chamadas de Capitâneas Hereditárias.

Veja que desde o início já foi uma barbaridade a colonização brasileira e este reflexo ainda hoje está calcado nas origens fundiárias do Brasil.

Cumprimento Vossa Excelência por esta oportunidade em que traz à tribuna um tema realmente palpitante, que é o de demonstrar o descaso deste Governo que muito embora faça uma propaganda imensa através do rádio, da televisão e dos jornais, de que dá todo o apoio à agricultura, dá da "boca para fora". Porque estão aí as notícias vinculadas, nos últimos dias, como bem disse o Deputado Nelson Friedrich, sobre a alta dos juros com o reajustamento de mais de cem por cento no custeio agrícola. Este Governo ajuda a agricultura só "da boca para fora" porque, efetivamente, o produtor brasileiro caminha para um desastre, como caminha toda a Região Sul, com este modelo agrícola exportador.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Agradeço, nobre Deputado, pelo seu aparte e aproveitando na resposta ao seu aparte, gostaria de fazer um convite aos organizadores destes custos agrícolas, que possivelmente estejam em Brasília, que todos eles, antes de fazerem o custo do feijão, do milho, do soja, do arroz, do trigo, que eles antes fossem "in loco" no interior, se defrontar com aquele agricultor sofrido e penado, como muito bem disse o nobre Deputado, vem sacrificando o seu trabalho e o seu suor e não pode, nem ao menos, ter uma visão melhor para a sua família, para os seus filhos, e não têm no decorrer dos dias, e dos anos, uma condição de ver a sua família rumo a um futuro melhor.

Fica este meu convite às autoridades competentes.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de parabenizá-lo, por levantar uma questão tão fundamental para o Estado do Paraná, mas infelizmente este País é administrado de brincadeira. Aqui os nossos homens da área econômica gostam de brincar com as coisas sérias. Em certo período do ano; - vamos brincar de super-safra? — Então vamos. Aí "Plante que o Governo garante" e lá vem o Próagro. Vem o feijão das secas, 100 por cento de Próagro. A verdade, hoje, como disse o Presidente da Associação Paranaense dos Agrônomos, nós não plantamos o que nós comemos. Nós estamos plantando o que nós não comemos. Principalmente a soja, a nível de exportação. Então não há seriedade, não há honestidade, no trato da coisa pública. E quando os governantes, não têm honestidade, não têm seriedade, a coisa caminha para o caos, infelizmente. A situação da agricultura, no País, de modo geral, é gravíssima. E é preciso alertar as autoridades que dentro de 3, 4, 5 anos no máximo, ganha a guerra quem tem comida. O grande problema da humanidade é a alimentação. E eu até gostaria de sugerir às autoridades, a criação de um ministério dos alimentos. Porque o Brasil, pelas suas dimensões continentais, é o único País em condições de abastecer o mundo, de alimentação, evidentemente, antes, abastecendo para o nosso consumo interno, para o nosso povo.

O Brasil poderia estar perfeitamente, hoje, trocando comida por petróleo, pagar essa dívida externa com alimentos. Mas, infelizmente, o País é comandado por meia dúzia de incompetentes e insensíveis, e o quadro negro do País aí está.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Agradeço o aparte do nobre Deputado, e diria, em seguida, que a esperança é a última que morre, e eu ainda tenho esperança de que, nos próximos anos, possa ver com meus próprios olhos, o agricultor, juntamente com suas famílias, aspirar por um futuro um pouquinho melhor, porque acho que isso é uma condição humana.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso de seu horário.

O SR. RENATO BERNARDI — Falará no horário da Liderança, o nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa concede a palavra ao nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Não há como negar a situação crítica que vivemos. Hoje, nem mesmo os setores mais comprometidos com a instalação do regime militar conseguem mascarar o quadro de contradições que encaminha o País para o desastre. Está aí a FIESP, repudiando a política recessiva, afirmando que ela não é inevitável na atual conjuntura da economia brasileira e afirmando que a crise decorre fundamentalmente da própria política econômica do Governo. Estão aí as federações de proprietários agrícolas exigindo modificações de fundo na política para o setor, desestabilizando inclusive o Ministro Amaury Stabile que, como todos sabem, estaria prestes a ser substituído. Do conjunto da sociedade não é necessário dizer. Leváramos muito tempo nesta tribuna para apontar apenas as manifestações de maior importância contra o atual Governo e o regime que ainda se mantém.

Onde a raiz desta insatisfação? Em dezembro do ano passado o Governo baixou um "pacote" de medidas econômicas que "salvava" o País do caos, reduzindo a inflação e providen-

ciando a diminuição de nossa dívida externa. Como se recorda, vínhamos de uma inflação de 77,2 por cento em 1979. Dizia o Governo que as medidas adotadas: prefixação das correções, conseguiríamos em 1980 um novo milagre, o de reduzir a inflação para 45 por cento, ao mesmo tempo que equilibraríamos a balança comercial, empatando em US\$ 20 bilhões as importações e exportações.

O tempo se encarregou de demonstrar a ineficácia destas propostas.

Estima-se que a taxa acumulada no final deste ano estará em 120 por cento de inflação.

Quanto às exportações, não atingirão US\$ 20 bilhões previstos.

E as importações superarão a casa dos 23 bilhões de dólares.

Ao lado do crescimento da inflação e a deterioração das contas externas, agravou-se o nível de endividamento, enquanto as reservas internacionais caíam de US\$ 9,7 bilhões em 1979, para US\$ 6 bilhões atuais.

O aumento dos preços do petróleo continua sendo a principal justificativa do regime para seu insucesso flagrante. Mas os fatos também o contestam. Em vários países que são fortes importadores de petróleo o crescimento da inflação foi mínimo.

E há o exemplo de Portugal, que não produz um só barril e que, no entanto, conseguiu reduzir de 24 para 20 por cento a taxa de inflação e estima para 18 por cento em 1981.

Isso sem recessão, registrando bom crescimento do seu produto nacional bruto.

O mais correto, Srs. Deputados, é debitar a parte dominante do recrudescimento da inflação e da crise a outros fatores à escassez da produção agropecuária, conjugada com o irrealismo da correção monetária, que desestimulou a poupança interna em benefício do consumo.

A fixação também irreal do teto ao crédito em 45 por cento fez o resto, ao elevar o custo do dinheiro no mercado paralelo.

O certo, Senhores, é que 1980 foi caracterizado pelo agravamento da crise econômica, política e social. E que as perspectivas para o próximo ano, malgrado e apesar das promessas do regime, promete ser mais negro ainda.

Recorro aos fatos, mais uma vez, para respaldar meu temor de que estamos caminhando para graves confrontos sociais.

Basta levantar o número de conflitos e manifestações que conturbam o País em toda a sua extensão. E a violência começa a caracterizar a vida brasileira. Caiu o pano do arbítrio e revelou um País marcado pelo terror recente explodindo em conflitos que são apenas a projeção das lutas dos diversos segmentos da população em defesa de seus interesses tão diminuídos nos últimos 16 anos em favor de parcela tão restrita e ao mesmo tempo tão poderosa que empalmou o poder por força da violência contra a maioria.

Nós, políticos, somos atores e diretores com responsabilidade acentuada neste processo histórico.

E depende muito de nossa intervenção os destinos que a Nação virá a percorrer.

Cumpra que assumamos este papel com espírito elevado e passemos a extrair da nossa própria experiência as lições que precisamos aprender para exercer com dignidade o mandato que nos foi delegado. Este é um tempo de definições importantes.

E já não é suficiente o alinhamento em torno de interesses menores, a fidelidade que torna insignificante o papel histórico, a omissão remunerada que alija consciências ao fisiologismo.

Este tempo requer posições alicerçadas no exame rigoroso e constante dos acontecimentos nos quais somos protagonis-

tas e seremos julgados pela história.

É com esta intenção que pretendo retomar, hoje, os fatos que marcaram a ampla manifestação dos suinocultores deste Estado, para deles retirar as lições que a luta popular pode nos ensinar.

A primeira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a que indica que caminhamos para o agravamento da crise. E isso se reflete no rápido isolamento do Governo Figueiredo. Isto fica evidente quando setores tradicionalmente conservadores e sempre prontos a apoiar o oficialismo começam a romper suas amarras e a exigir mudanças.

Os pequenos produtores sempre constituíram uma das bases sociais do regime.

Pois bem, Srs. Deputados, a exemplo do que já vem acontecendo em todo o País, no dia 25 de novembro os criadores de porco do Sul do País perderam a paciência. Saíram às estradas para construir barreiras e interromper o tráfego de todos os caminhões que transportavam carne suína para as grandes empresas.

Era a resposta organizada e consciente às decisões do Governo que se mantinha irredutível e se negava a atender suas reivindicações.

O que pediam os produtores? Apenas o justo. Um preço mínimo de Cr\$ 75,00 o quilo para a carne de suínos.

O Governo, auscultando antes de tudo os interesses do capital monopolista estrangeiro, decidiu que o preço mínimo seria de Cr\$ 48,00. Um preço, Senhores, que não paga o custo de produção.

Entre protestar e ficar na roça, o criador optou pela primeira iniciativa.

Pressionado pela injusta decisão do regime, conseguiu reverter toda a sua disposição de conservar o quadro atual, de respeitar os governantes e a lei, para fazer avançar sua luta e quebrar com os condicionamentos ideológicos que o caracterizam.

Reagiu quebrando a tradição de submissão, de subserviência, de respeito à autoridade instituída.

Esta a primeira lição, Srs. Deputados. Mesmo os segmentos que outrora foram os mais fiéis ao regime já não estão dispostos a apoiá-lo e trabalham, hoje, pelo seu isolamento político e social.

Uma situação que se observa na base e que se reflete na superestrutura.

Este é o pano de fundo sobre o qual devemos observar a rápida dispersão de forças que até pouco tempo atrás se aglutinavam em torno do regime.

Aí devemos localizar as razões reais que vem produzindo o afastamento diário de forças que até pouco tempo dedicavam ao regime seu inteiro apoio.

E as fraturas que o regime sofre ao nível de sua representação política devem ser entendidas como consequência inevitável de sua desagregação.

É inegável a perda considerável de poder de determinação nos últimos tempos.

Basta anotar as deserções diárias anunciadas nos jornais.

E para comprovar esta tendência, ouvir novamente os discursos recentes do próprio Presidente Figueiredo ou de seu representante, Jarbas Passarinho, para sentir a desesperança daqueles que ainda se apoiam no regime e pretendem cobrar fidelidade eterna daqueles que abandonam o barco antes que ele afunde completamente.

Mas por que se produz este isolamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

É evidente que o regime perdeu completamente sua capacidade de convencimento ideológico.

A maior parte da população já não acredita, não confia, em promessas produzidas no Palácio do Planalto.



Os pequenos produtores do Oeste e Sudoeste do Paraná dão um exemplo significativo do que afirmamos.

Os engodos, os paliativos, os discursos ornamentais, todas as artimanhas que ele suportou com paciência de camponês submisso, já não se prestam para mantê-lo na subserviência.

Mas assembleias, atos públicos, nas discussões em grupos, o que mais transparecia, Senhores, era esta evidência: já não há porque acreditar num regime que veio, dia após dia, em 16 anos, prometendo e descumprindo suas promessas.

Anunciando planos, pacotes, medidas salvadoras que acabaram se revelando manobras ardilosas para prejudicá-los e para privilegiar os interesses do capital monopolista estrangeiro, do capital financeiro, do latifúndio em sua nova versão: "a grande propriedade empresarial do campo" e da tecnoburocracia que se ramifica em todas as instâncias de governo.

Nos seus pronunciamentos, os agricultores declararam que tinham, afinal, identificado seu real adversário já não lutam entre si.

Já não defendem quem os prejudica e pretende sua extinção.

Descobriram que sua salvação não está nos pacotes, mas sim, na luta árdua que devem desenvolver contra as multinacionais e seu principal instrumento de coerção e dominação - o Estado caracterizado pela ação arbitrária e violenta contra os setores que trabalham e produzem neste País.

Leiam os manifestos, analisem os discursos dos pequenos agricultores que verão os Senhores, que a sua consciência mudou de qualidade, avançou e hoje identifica seus adversários com a clareza que falta a muitos políticos que empanaram a inteligência pelo servilismo que oferece vantagens imediatas.

E descobriu, também, que a luta exige esforço, organização, direção política.

E construiu, de sua própria experiência de luta, a manifestação conseqüente, organizada, dirigida a objetivos definidos, num processo harmônico que assusta o inimigo.

Nunca tivemos, neste País, uma manifestação deste tipo, Srs. Deputados.

Os pequenos suinocultores organizaram seus comandos, comissões de segurança, organização de apoio. E foram à luta organizadamente. Unidos sob as mesmas bandeiras. Realizando atos públicos, passeatas, piquetes frente aos frigoríficos, alguns das multinacionais.

É o resultado de um processo de luta que só nos últimos oito meses teve de se insurgir contra o confisco cambial da soja, contra as indenizações espoliativas de Itaipu, contra o engodo vil da nota promissória rural.

Os suinocultores mostraram que o povo se organiza, mesmo entre aqueles que estão habituados ao trabalho e a decisão isolada, individual, para experimentar a força do conjunto, da unidade na luta e em torno de princípios justos que o regime conspurcou e transformou em código ultrapassado perante a época que vivemos e que os setores militares nos impuseram.

A lição, talvez mais importante, Senhores, é que diante de uma luta justa, a sociedade como um todo passa a se solidarizar.

E o que vimos no Sudoeste e Oeste foi isso. Os comerciantes cerrando suas portas em protesto contra a situação da suinocultura, contra o uso da força para intimidar e reprimir os produtores.

As associações de donas de casa participando de comissões de apoio, os estudantes apresentando manifestos. E nesse processo, as próprias organizações dos produtores tomando outro caráter.

Fazendo surgir lideranças novas que vão tomando o lugar daqueles que também se submeteram aos interesses contrários aos da classe.

Os sindicatos pelegos mudaram, a Igreja da região sensibilizou-se e vimos a ampla maioria da sociedade, organizada ou não, sair em defesa dos interesses dos suinocultores.

O próprio Governo percebeu isso. Percebeu a força que vai se acumulando no processo de luta e, como de hábito, respondeu com sua atitude contumaz e que nos reporta aos tempos mais duros do fascismo brasileiro; enviou tropas do Exército e da Polícia Militar para reprimir à força um movimento nascido da razão e do sentido da justiça.

Uma intimidação totalmente desnecessária.

Estas as lições que devemos aprender e delas nos cuidar diante de uma questão que reputo a mais importante.

Como vamos superar este quadro de contradições e conflitos?

Pela violência ou pelo processo que encaminhe a Nação à sua reorganização e à satisfação dos interesses da maioria.

Os pequenos produtores, assim como os operários do ABC, os professores de todo o País, os posseiros, os estudantes, apontam um caminho: — o fim do regime pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana.

Processo democrático que consiga recolocar a paz em primeiro lugar e que proteja o direito à participação de todos os setores da sociedade na decisão sobre seus destinos.

O regime apontou outro caminho: — o da violência, o do uso das forças armadas para tentar se preservar no poder.

São dois caminhos opostos. Mas para resolver o impasse, um acabará prevalecendo.

É justo, neste momento, que se aponte também para as responsabilidades que vão sendo assumidas na prática.

Falo em cima de fatos, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que vimos no Oeste e Sudoeste nos deixou apreensivos.

E aqui afirmo. É responsabilidade histórica do Governo, do regime e de todos aqueles que o apoiam, a perspectiva da violência, do uso da força.

Esta lição deve nos fazer refletir. Quem quer o confronto, que pode levar à guerra civil?

Quem quer a luta que opõe irmãos?

Que quer colocar os agricultores a lutar contra seus filhos, como diziam os suinocultores ante a presença dos soldados lá enviados para reprimir um movimento justo.

Quem mandou tropas?

Quem armou soldados?

Quem está armando o espírito de nosso povo?

A resposta está na história recente. E os fatos objetivos, por mais magia e subserviência, ninguém pode contestar.

A história vai cobrar responsabilidades. É útil que comecemos a pensar sobre nosso papel."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Certes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar, inscrito.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Ainda persisto na idéia de que a maior válvula para a saída de nossas dificuldades econômicas está na agricultura, está no campo", estas foram palavras proferidas pelo Presidente João Figueiredo, na tarde de antes de ontem, ao receber, no Palácio Planalto, os cem vencedores do concurso de produtividade rural.

Entre falar e fazer, a diferença é enorme.

Por isso, a agricultura brasileira, em ascensão pelo esforço da iniciativa privada, que luta contra os embaraços, de toda ordem, apostos pelo Governo, não se comove ante pronunciamentos que tais.

Ninguém ignora que a produção agrícola está sustentando a nossa balança comercial, de modo a impedir que sejam maiores os deficits, em cada ano.

As campanhas oficiais têm induzido o homem do campo a dedicar-se à agricultura de exportação, como o café, a soja, o algodão, a menta e o milho, em detrimento da agricultura de subsistência, o que está ocasionando a crise de alimentos para o povo em nosso País.

Essa linha de ação política, no setor econômico, está sujeita a toda sorte de críticas.

Mas, os embaraços não se reduzem a isso. Outros muitos estão surgindo, com graves danos para a produção, enquanto o Governo se mostra insaciável na exploração do proprietário rural.

Disse, ontem, o chefe da Nação, que são canalizados para a agricultura todos os recursos, a fim de que o volume de produção cresça de ano para ano.

Estamos verificando, porém, que o que o Governo dá com a mão direita, retira, em dobro, com a mão esquerda. Exemplifiquemos:

Os financiamentos agrícolas estão se tornando tão gravosos que, a prosseguirmos nessa marcha, os produtos agrícolas exportáveis não poderão competir, em virtude do seu alto custo, no mercado internacional.

Para a safra de 1979/1980, os juros de financiamentos agrícolas chegaram a 38 por cento, percentagem asfixiadora para qualquer tipo de lavoura.

Comenta-se, agora, nos meios bancários, que o Banco Central, sob a influência direta do Ministro Delfim Neto, através de um diretor que cumpre cegamente suas ordens, vai fixar, para a safra agrícola de 1980/1981, o teto de 63 por cento para os juros de financiamentos no setor.

Ora, se tal vier a acontecer, a agricultura marchará rapidamente para a falência.

Em sua ganância de recolher recursos financeiros em qualquer parte, e de qualquer jeito, o Governo estará matando simplesmente a galinha de ovos de ouro.

Ninguém suportará onus tamanho, e estará sendo desonesto para consigo mesmo quem afirmar o contrário.

Antes, pois, que o Banco Central fixe as novas tabelas de juros para financiamentos agrícolas nos bancos oficiais, fazemos um apelo no sentido de que as tabelas sejam moderadas, e ao nível das que prevaleceram para a safra agrícola de 1979/1980.

Outro motivo de gruta e de revolta entre os agricultores é a majoração, de mais de mil por cento, no Imposto Territorial Rural.

Um sitiente que, no ano passado, pagara, de ITR, cerca de 100 ou 300 cruzeiros, está sendo intimado a pagar, até o dia 15 próximo, de 2.500 a 3.500 cruzeiros.

Temos comprovantes à mão que testemunham o assalto à bolsa do humilde proprietário rural por parte do Governo, de olhos fechados para as vicissitudes da meteorologia que o homem do campo enfrenta no decurso de cada ano.

O Governo não quer saber se a estiagem se prolongou, se as chuvas foram em demasia, se as geadas sacrificaram a lavoura.

O Governo não quer saber se o homem do campo tem condições de pagar o que ele exige.

Quer saber de receber, por bem ou por mal, os tributos que impõe, à revelia das casas legislativas, e contra o interesse nacional. O ITR está nesse caso.

Falou-se que haveria um critério na fixação do ITR. A propriedade rural economicamente aproveitada teria, como de justiça, um abatimento na taxa, ao passo que a propriedade rural improdutiva, destinada apenas à mera especulação imobiliária, sofreria agravamento na fixação do seu ITR.

A prática esqueceu, entretanto, do anunciado critério. Nivelaram-se as propriedades rurais, produtoras e improdutoras, porque ao Governo somente interessa o recolhimento de recursos, com que sustentar o seu errado e condenado

modelo econômico e as suas ricas mordomias.

Protestamos contra a espoliação do homem do campo.

Protestamos contra a indesejável associação do Governo, por este meio, à propriedade rural.

Protestamos contra o exorbitante ITR, que onera, sobremaneira, o custo da produção agrícola.

Arranquemos a máscara dos tartufos. Denunciemos a hipocrisia das palavras blandiciosas, enquanto o Governo subtrai todo o dinheiro do bolso do agricultor desprevenido. Se a agricultura é a mola mestra de nossa economia, não podemos estrangulá-la, não podemos assassiná-la.

Proceder como procede o Governo é cometer um crime de lesa-economia, é cometer um crime de lesa-pátria."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso de seu horário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

No meio de tantos pronunciamentos sombrios, inquietantes, que ouvimos na tarde de hoje, uma notícia boa:— o Banco do Estado do Paraná é hoje o 26.º maior banco da América Latina.

Através de um levantamento que foi feito pela publicação "The Latin American Times", que apontou os 500 maiores bancos latino-americanos, apareceu o estabelecimento de crédito oficial paranaense em posição destacada, com ativo equivalente a 2 bilhões e 236 milhões de dólares.

O fato merece registro, porque realça uma expansão do conglomerado do banco oficial do Estado.

Em pouco mais de um ano, recebeu aumento de 175 por cento no montante global de depósitos e incrementou em mais de 110 por cento o valor dos empréstimos concedidos.

Essa expansão refletiu-se e também na presença do banco no interior do Estado - hoje com 232 agências no País e no exterior.

São dezoito agências em operação nas principais capitais do País.

E, envergando sua posição de destaque na América Latina, o Banco do Estado do Paraná lança-se ao mercado Internacional.

Dia 26 de novembro foi inaugurada agência em Assunção e dentro em breve serão instaladas outras em Puerto Presidente Stroessner e Salto Del Guairá.

Está em fase de estudos a abertura de agências do Banesado em Washington, Nova Iorque, Chicago, Miami, Ilhas Caiman e Londres, como consequência inevitável do crescimento nos mercados internacionais.

Essa notável expansão reflete diretamente a performance da economia paranaense e o sucesso com que a administração do Estado vem conseguindo afastar os efeitos negativos da conjuntura internacional na economia brasileira. Reflete também a eficiência do conglomerado bancário, a confiança nele depositada pela população paranaense e sua importância para a elevação dos padrões de vida do Estado, visto que seus recursos são prioritariamente reinvestidos em setores que multiplicam bem-estar.

Na verdade, a performance econômica do Paraná tem ainda perspectivas mais otimistas.

desde a geada negra de 1975, alcançando seis milhões ou mais de sacas.

Se as condições climáticas forem tão favoráveis quanto as que ajudaram a produção do café, teremos safras iguais ou maiores que a deste ano na soja e no trigo, respondendo a todas as expectativas do País quanto à produção de alimentos e de produtos agrícolas de exportação.

A solidez financeira do Estado, a boa administração pública, a operosidade do setor agrícola, e também do setor industrial, que vem crescendo 11 por cento ao ano.

E aí é preciso que se frise, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o crescimento do setor industrial no Paraná, cresceu em número superior à média nacional, que ficou em torno de 7 por cento.

**O Sr. Gabriel Sampaio** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Erondy Silvério, como Vossa Excelência sabe, eu pertenci, ainda no ano passado, ao conglomerado BANESTADO, ocupando uma de suas diretorias.

E gostaria de fazer um testemunho pessoal da minha passagem de um ano e dois meses por aquela instituição.

Ressaltando, embora se tenha em mente o trabalho feito ao longo de todos esses anos, por diretorias que se sucederam naquele conglomerado, o trabalho desenvolvido pelo Dr. Jucundino Furtado, juntamente com uma equipe de diretoria das mais brilhantes, vem desenvolvendo de uma forma acelerada essa expansão que hoje o Paraná assiste do seu principal estabelecimento de crédito.

O Dr. Jucundino realmente merece esse destaque, porque assim que o Governo Ney Braga se instalou e ele assumiu a Presidência do BANESTADO e do conglomerado BANESTADO, essa instituição verificou um aumento, uma expansão jamais vista, em tão pouco espaço de tempo.

Então eu só gostaria de acrescentar ao seu pronunciamento, nobre Líder da minha bancada, o destaque que dou ao grande comandante da atualidade, sem absolutamente desmerecer todos aqueles que já exerceram essas funções e que deram de si em prol do BANESTADO de ser hoje uma das principais instituições financeiras da América Latina.

Muito obrigado.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que como um dos ex-elementos da diretoria do Banco, também merece efetivamente os nossos encômios e até agradecimentos.

Porque Vossa Excelência foi um dos que colaborou efetivamente por esta notável expansão do Banco do Estado do Paraná.

Eu não gostaria de me ater a nomes, porque realmente a diretoria do BANESTADO é composta de elementos que vem dando todo o seu esforço, toda a sua dedicação, aos problemas do conglomerado BANESTADO. E também deve-se frisar aí que este processo de recuperação do Banco iniciou-se, efetivamente, inclusive no Governo anterior, no Governo do Sr. Canet Júnior, cujos diretores também muito colaboraram para a situação de projeção que alcança o Banco hoje.

Então para que não se faça injustiça é que eu não citei nomes.

Mas atribuo a um grande nome a expansão do Banco, é exatamente à tarimba e à experiência, à liderança que exerce o Governador Ney Braga em toda a sua equipe de trabalho.

A experiência, porque é graças a política econômica que ele vem colocando em execução, na direção dos negócios do Estado, é que possibilitaram essa projeção do BANESTADO, numa projeção, é a própria projeção do Estado do Paraná,

Não só dos meios bancários, mas da própria Nação brasileira.

Isto dá ao Estado uma condição de pleitear. De pleitear mais junto ao Governo Federal, principalmente junto ao Ministério dos Transportes, que tem sido realmente um Ministério, digamos até padrao, para o Estado do Paraná.

Porque um Estado que produz para a Nação, principalmente no setor agrícola, o que produz o Estado do Paraná, não vem recebendo a retribuição correspondente a esse grande esforço que faz a gente paranaense.

Então esta posição de realce hoje, do Banco do Estado do Paraná, precisava ser destacada nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado, porque realmente a posição do conglomerado BANESTADO, hoje, é extraordinária, como o Banco na América Latina, entre 500 estabelecimentos bancários.

E esta publicação que é realmente "expert" em finanças bancárias, ao fazer esta classificação do BANESTADO, apenas fez justiça; apenas cingiu-se a números, a patrimônio, a movimentação que o banco fez em matéria de depósitos.

**O Sr. João Mansur** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Erondy Silvério, ao cumprimentá-lo na tarde de hoje, pelo pronunciamento que Vossa Excelência faz, e trazendo a esta Casa, com conhecimento de causa, o progresso que o nosso Banco, o Banco do Paraná, de todos os paranaenses, vem alcançando e hoje já ultrapassando as fronteiras de nosso País, para abrir agências em outros países amigos, queria que Vossa Excelência fosse o portador também de nossas congratulações à diretoria do Banco do Estado. Porque nós, que assistimos, no passado, com tristeza, quando o nosso estabelecimento de crédito, Banco do Estado, estava sob a intervenção da SUMOC, hoje é com júbilo que recebemos estas informações que Vossa Excelência traz, do progresso, do desenvolvimento, da afirmação deste estabelecimento de crédito, ocupando o 26.º lugar dentre os maiores estabelecimentos de crédito do mundo.

De modo que cumprimento Vossa Excelência, e quero que estes cumprimentos sejam extensivos aos atuais diretores do Banco do Estado do Paraná.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Agradeço a Vossa Excelência, e, para terminar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é evidente que a Diretoria do conglomerado BANESTADO tem a sua participação.

Mas, esta posição de realce que alcança o Banco do Estado na comunidade bancária latino-americana, se deve, efetivamente, à habilidade, à experiência deste grande Líder do Paraná, que é Ney Braga.

Realmente, através das suas diretrizes para a política econômica do Estado, contrariando, às vezes, até diretrizes impostas pela CEPLAN, é que realmente o BANESTADO pode dar este passo gigantesco, que o situa extraordinariamente bem na comunidade bancária latino-americana.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso de seu horário. (Declina).

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

**O SR. AGUINALDO PEREIRA LIMA** — (Pela ordem) — Sr.

Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa confere. (É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal, 40 Srs. Deputados. Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 96/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 45/80), anexa à Mensagem 80/80, Substitutiva), que institui o Plano de Classificação de Cargos dos Quadros do Pessoal Civil do Poder Executivo, inclusive autarquias e dá outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J., por maioria, e da C.F. e C.R.H., por unanimidade. Com Emendas. Em regime de urgência. Em votação projeto e emendas.

Em votação a Emenda número 07, de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda número 02, de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda número 03, de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro. — **Aprovada.**

Em votação o Projeto de Lei nº 96/80. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 156/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 72/80), que autoriza o Poder Executivo a proceder permuta da área que especifica, parte de propriedade do Estado e parte do patrimônio da autarquia Departamento de Estradas de Rodagem pela área também especifica, de propriedade da Rede Ferroviária Federal S/A, na sede do Município de Andirá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 157/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 70/80), que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, de propriedade do Estado, à Filarmônica Antoninense, Associação Civil de Utilidade Pública, com sede e foro na Cidade de Antonina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 158/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 69/80), que altera dispositivos da Lei nº 5515, de 15 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a estrutura do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A — BADEP. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.C., por unanimidade. — Em regime de urgência. —

Ao referido projeto foram apresentadas as seguintes emendas. (LÊ):

**EMENDA Nº 01**

Ao Projeto de Lei nº 158/80

(Mensagem Governamental nº 69/80).

O Art. 1.º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º — O Art. 5.º da Lei nº 5515, de 15 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5.º — O Estatuto Social do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A — BADEP, estabelecerá as atribuições e poderes de seus Diretores, bem como a composição de sua Diretoria que deverá ser de um (01) Diretor Presidente e de até cinco (05) Diretores”.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO

APOIAMENTO: Fabiano Braga Côrtes, Aguinaldo Pereira Lima, Cyro Martins, Aírton Cordeiro, Palácios, Lázaro Dumont, Valduga, Jurandir Messias, Gilberto Carvalho. Del Ciel.

Deni Schwartz, Renato Bernardi, Augusto Carneiro, Fiori Luiz, Mario Celso, Gernote Kirinus, Nestor Baptista, Wilson Fortes, Nelson Friedrich, Tércio Albuquerque, Renato Bueno, Luiz Alberto Oliveira, Darcy Deitos, Nelson Buffara, Werner Wanderer, Antônio Facci, Jurandir Messias, Lineu Turra e Quielse Crisóstomo.

**EMENDA Nº 02 — PLENÁRIO**

Ao Projeto de Lei nº 158/80

Acrescente-se ao artigo 2.º deste Projeto de Lei, a seguinte “Um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná”.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1980.

(aa) NELTON FRIEDRICH

FIDELCINO TOLENTINO

APOIAMENTO: Fiori Luiz, Renato Bernardi, Waldyr Pugliesi, José Tavares, Gilberto Agibert Filho e Darcy Deitos”

**EMENDA Nº 03 — PLENÁRIO**

Ao Projeto de Lei nº 158/80

Acrescente-se ao art. 2.º deste projeto de lei o seguinte:

“Um membro efetivo e seus Suplentes, indicados em lista tríplice pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná - FETAEP”.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1980.

(aa) NELTON FRIEDRICH

FIDELCINO TOLENTINO

APOIAMENTO: Fiori Luiz, Darcy Deitos, Renato Bernardi, Waldyr Pugliesi, José Tavares e Gilberto Agibert Filho.”

**EMENDA Nº 04 — PLENÁRIO**

Ao Projeto de Lei nº 158/80

Acrescente-se ao art. 2.º deste projeto de lei, o seguinte:

“1) Um representante da Comissão de Indústria e Comércio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1980

(aa) NELTON FRIEDRICH

FIDELCINO TOLENTINO

APOIAMENTO: Fiori Luiz, Darcy Deitos, Renato Bernardi e José Tavares”.

Em discussão projeto e emendas.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto do Executivo, que objetiva de um lado, ampliar a dinamização operacional e direcional do BADEP, também apresenta uma característica interessante que é exatamente acrescentar a composição do Conselho de Investimento, conselho esse que tem, historicamente, o papel primordial de definir, acompanhar, orientar, decidir toda linha de investimento, de aplicação e de ação política desse mesmo Banco de Desenvolvimento.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se analisarmos pormenorizadamente a origem, a maternidade do BADEP, exatamente está no que dispõe do Fundo de Desenvolvimento Econômico, depois com a instituição da CODEPAR, vemos que há necessidade de se democratizar ainda mais a participação dos diversos setores produtivos do Estado no conselho de decisões dessa instituição de desenvolvimento.

O BADEP, neste instante, precisa, entendemos oportuna a participação de mais setores produtivos do Estado. E quando apresentamos as três emendas, e chamamos a atenção dos Srs. Deputados, são três emendas que têm o único e exclusivo objetivo de exatamente trazer setores da sociedade que participam do ciclo produtivo de qualquer atividade industrial ou agro-industrial, de agrupamento como por exemplo, da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado do Paraná.

e também da Comissão de Indústria e Comércio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Por essa razão, as emendas números 02, 03 e 04, que encaminhamos juntamente com o Deputado Fidelcino Tolentino e Darcy Deitos e o apoio de outros colegas, têm esse objetivo, Sr. Presidente, de nós sairmos simplesmente do discurso de que no atrito corpo-a-corpo às vezes, do capital e trabalho, nós ficamos na tribuna, na imprensa ou até nos contatos grupais, dando a nossa posição, prestigiando e se solidarizando ora até alguns, com o capital, mas é também fundamental, que nós possamos colocar representantes dos trabalhadores nos órgãos diretivos, dando um exemplo daquilo que inclusive se faz hoje em países sérios, que procuram democratizar efetivamente a economia, que procura fazer com que haja a auto-gestão, que procuram fazer com que haja a co-gestão, fazer com que países que tenham hoje poucos conflitos, entre o capital e o trabalho, assim conseguiram, porque o trabalho tem cadeira cativeira nas decisões das empresas, nos conselhos administrativos, nas políticas salariais e nas questões do Governo quando definem políticas prioritárias para a área econômica e social.

Nós vemos no Brasil e está aí o Partido do próprio Governo, inserindo no seu programa, o PDS, colocando no seu programa como um dos mandamentos, a luta pela auto-gestão, a luta pela co-gestão, e esta é a hora de nós provarmos na prática, aqui e agora, se estamos efetivamente dispostos a sairmos do discurso, a sairmos da teoria, a sairmos do papel e na prática executamos aquilo que pregamos, ou entendemos como justo, como necessário ou até como moderno.

Ora, Sr. Presidente, é importante que os trabalhadores paranaenses estejam representados na direção de um estabelecimento bancário que estabelece normas e incentivos para o setor industrial do Estado, constituindo-se num dos principais instrumentos de política de geração de empregos, empregos estes que são de extrema importância num Estado que tem centenas e centenas de empregos que precisam ser criados diariamente.

Uma medida importante, especialmente nesse período em que se acirram os conflitos entre o capital e o trabalho.

Essas duas emendas que nós não vemos outro sentido a não ser a do bom senso, para que a Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado do Paraná também tenham o seu representante no Conselho de Administração e Investimentos do Banco.

Por que não, Sr. Presidente?

Porque nós sempre temos a visão patronal do empregador, a visão do grande capital de só sentar-se à mesa de decisões, aqueles que já têm o poder de barganha, aqueles que possuem a força do capital, aqueles que têm todas as decisões há longo tempo, sendo postas em prática neste País.

O Artigo segundo, se nós analisarmos, diz que: O Conselho de Investimento terá a seguinte composição: titular da Secretaria a qual estiver vinculado o Banco; o representante da diretoria do BANESTADO; um membro efetivo e seu suplente indicados em lista tríplice pela Federação das Indústrias do Paraná."

Ora, Sr. Presidente, se a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, escolhe um membro efetivo, e seu suplente, indicados em lista tríplice pela entidade.

Por que não, esta emenda que estamos apresentando de número 2, que tenha também um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná?

Ou será que o Governo do Estado do Paraná, ou será que a Bancada do Governo nesta Casa, ou será que

o BADEP, não têm nada a indagar dos trabalhadores, dos industriários?

Ou será que se acredita que os industriários são pessoas de terceira categoria, no círculo produtivo de qualquer País e de qualquer Estado e de qualquer iniciativa agro-industrial ou industrial?

Será que na atividade secundária, não está na hora, principalmente em se tratando de um Banco de Desenvolvimento, nós termos representantes dos industriários no Conselho de Investimento?

E até senão, com o objetivo pedagógico, de fazer com que esse trabalhador que estivesse sentado com os patrões, com os membros do Governo, com os diretores do BADEP, que tivesse processo pedagógico de começar-se a aplicar a idéia de que capital e trabalho devem sentar-se e decidir dentro da maior dignidade e respeitabilidade, os conflitos entre eles surgidos.

Sr. Presidente, diz ainda o artigo segundo com as propostas vindas do Executivo.

Na letra C, "um membro efetivo e suplente como dizíamos, da Federação das Indústrias.

"E nós apresentamos uma emenda junto com outros Deputados, para que tenhamos, portanto, a indicação de lista tríplice de um membro efetivo e seu suplente, na Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná.

Ainda, o projeto se refere a um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice, pela Universidade Federal do Paraná.

Que nós entendemos e vamos mais longe, que não é o caso aqui, mas inclusive da Universidade Federal do Paraná, deveríamos ter até, um membro da classe estudantil.

Por que não?

Porque amanhã estarão ocupando cargos nas empresas, na sociedade e na política deste Estado, e já precisavam aprender os meandros da política de decisões de investimentos, em qualquer setor da sociedade.

Diz a letra E, que ainda será formado o conselho de investimento de um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação da Agricultura do Paraná, a FAEP.

Ora, Sr. Presidente, nada mais justo do que a emenda que apresentamos de número 3, para acrescentar.

(faltou energia elétrica)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está suspensa a sessão. (Pausa).

Está reaberta a presente sessão.

Com a palavra o nobre Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Dizíamos, Sr. Presidente, que o Conselho de Investimentos, conta ainda, com um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice pela Federação da Agricultura do Paraná, a FAEP.

E nós propomos a emenda número 3, acrescentando um membro efetivo e seu suplente, indicados em lista tríplice, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, a FETAEP.

Sr. Presidente, se a Federação da Agricultura, indagamos: Por que não, a FETAEP também, ter presença nessa organização especial no seu Conselho de Investimentos.

Será que só a categoria patronal tem voz e vez neste Estado?

Será que aí não estaria inclusive, uma das causas da visão oblíqua que hoje existe no País, desenvolvida pelo tecnoburocracismo que aí está? Uma visão oblíqua que impede que se ouça as bases.

Como nós aqui levantamos o caso do PRÓ-RURAL, que atinge tantos municípios da região mais pobre do Estado, e que não foi ouvida, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, exatamente a Federação que congrega todos aqueles setores que serão atingidos pelo PRÓ-RURAL.

Neste instante, Sr. Presidente, em que nós vivemos, no Estado do Paraná, o grito aflitivo do interior, solicitando a instalação de agro-indústrias, em que a presença do pequeno trabalhador rural é fundamental, quer em projetos como vemos hoje e ouvimos hoje da tribuna, um Deputado do PDS, Túlio Zanchet, levantando aspectos da sua região, de agro-indústrias que estão lá se instalando — e sabemos que o Sudoeste tem 90 por cento de sua área formada de pequenas propriedades rurais, de pessoas vinculadas à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná, por que não, Sr. Presidente, termos um representante desta Federação no Conselho de Investimentos do Banco que se propõe a fazer o desenvolvimento agro-industrial do Estado?

Oxalá esta emenda tenha, por parte da maioria do Governo, a sensibilidade de aprová-la, dada a importância que creditamos à Constituição, quanto mais democrática melhor, do Conselho de Investimentos.

Sr. Presidente, a última emenda, número 04, acrescentamos um representante da Comissão de Indústria e Comércio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com um único objetivo: que os Deputados também tenham, através da C.I.C., um representante que participe das reuniões do Conselho de Investimentos, e que possa trazer o relatório das decisões tomadas, da política proposta e das pretensões desenvolvidas.

Possa trazer o relatório, as atas e na Comissão respectiva, como em Plenário, fazer esta conjugação de esforços, para que todos os Parlamentares aqui presentes tenham conhecimento das decisões e do avanço do Conselho de Investimentos do BADEP, neste Estado.

Entendemos, Sr. Presidente, para não nos alongarmos muito, que são três emendas. Uma colocando no Conselho de Investimentos um representante da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado do Paraná. Lá está a Federação da Indústria, mas lá deverá estar também a Federação das Indústrias.

A outra emenda, Sr. Presidente, exatamente se a FAEP está lá, se a categoria patronal está lá, por que não também estar lá a Federação dos Trabalhadores da Agricultura que, inclusive, têm sido mais combativa, mais organizada e que está desenvolvendo um trabalho a nível de base muito mais importante?

Como vimos inclusive nos movimentos recentes em todo o Estado do Paraná.

Ora, Sr. Presidente, a última proposta é inclusive não legislar em causa própria em favor dos Deputados, mas legislar sim, em favor da Comissão de Comércio e Indústria, que precisa assumir seu papel nesta Casa. Ter inclusive um representante do Conselho de Investimentos do Banco de Desenvolvimento do Paraná.

Ao encerrar esta discussão, que fazemos a propósito das três propostas que encaminhamos juntamente com os Deputados Fidelcino Tolentino, Darcy Deitos e outros companheiros, tendo o objetivo, na verdade, de aprimorar, de democratizar e dar mais força participativa dos setores produtivos no Conselho de Investimentos de um Banco que se propõe ao desenvolvimento do Estado.

Entendemos que o PMDB, através destas emendas, através deste trabalho, está contribuindo e que o PDS, que o PP, que o PTB, dos que estão presentes e com assento nesta Casa, entendam que nos seus programas também se procura a democratização. E esta não tem só um sentido institucional e político ou político-partidário, ela deve existir na economia, porque ali a principal sustentação de qualquer democracia séria

do mundo.

Por isso convocamos, principalmente os que possuem a maioria nesta Casa, o PDS, que dando até guarida ao que consta do seu programa de fazer valer princípios que levem à auto-gestão e a co-gestão, dêem oportunidade para que setores dos trabalhadores, tenham, embora de maneira acanhada, participação num setor de decisões, de desenvolvimento da comunidade paranaense.

Tomara que tenhamos, neste instante, a sensibilidade de aprovar essas emendas, que, modestamente este Deputado, que as subscreveu, apresenta.

Contamos com os Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão projeto e emendas.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a Emenda número 01, de Plenário, subscrita pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para que os Anais da Casa registrem que Vossa Excelência anunciou a emenda como se fosse de minha autoria.

Entretanto, esta emenda é mais fruto de uma observação muito oportuna da bancada da Oposição nesta Casa, especialmente do nobre Deputado Deni Schwartz, que chamou a atenção da Casa para a alteração que se pretendia se processar no artigo quinto da mensagem, que a Casa aprecia.

Seria efetivamente, se votada na sua redação original, seria o Poder Legislativo, abrindo mão das prerrogativas inerentes ao próprio funcionamento do Poder Legislativo.

Nestas condições, a Bancada do PDS, devidamente alertada pela Oposição, a quem cabe efetivamente os maiores méritos desta emenda, subscreveu-a prazerosamente e corrigiu uma possível falha na Mensagem Governamental.

Portanto, gostaria que os Anais, que Vossa Excelência anunciasse a Emenda como do Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação a emenda. — Aprovada.

Em votação a Emenda número 02, de autoria dos Srs. Deputados Nilton Friedrich e Fidelcino Tolentino, devidamente apoiada. — Rejeitada.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Sr. Presidente solicito de Vossa Excelência a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Deferida a questão de ordem, será procedida a verificação de votação. (É feita a verificação de votação).

5 Srs. Deputados aprovam; 32 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitada.

Em votação a Emenda número 03, de autoria dos Srs. Deputados Nilton Friedrich e Fidelcino Tolentino, devidamente apoiada. — Rejeitada.

Em votação a Emenda número 04, de autoria dos Srs. Deputados Nilton Friedrich e Fidelcino Tolentino, devidamente apoiada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, percebemos claramente o intuito do nobre Líder da Bancada do PMDB nesta Casa. Chamou a atenção do Poder para a rejeição de uma emenda que eventualmente poderia beneficiar, com a representação do Poder Legislativo.

Entretanto, a Bancada do PDS acredita e julga ser inoportuna a presença de um membro do Poder Legislativo num Banco de fomento e desenvolvimento. Entretanto, se a Comissão de Indústria e Comércio desta Casa quiser informações a



respeito de atas ou de planos de financiamentos, pode, perfeitamente, através da Mesa, requerer certidões das atas e o BADEP será obrigado a fornecer a esta Casa.

Portanto, este comprometimento do Poder Legislativo com um Banco de Fomento, de desenvolvimento ou com qualquer organização bancária, acho profundamente prejudicial ao próprio Poder Legislativo.

Por esta razão, a Bancada votará contrariamente.

Muito obrigado.

**O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar) Sr. Presidente.**

Tão somente para colocar que uma Comissão supra-partidária, como é a Comissão de Indústria e Comércio, numa Assembléia Legislativa que deve ser a caixa de ressonância de todas as aspirações da comunidade paranaense, tem a obrigação, acima de tudo, de estar presente e até influenciar na melhor condução dos investimentos de um banco de desenvolvimento, que é um banco basicamente formado com dinheiro de todos os paranaenses, como o próprio Orçamento prevê uma liberação de 580 milhões de cruzeiros para a capitalização dessa instituição de desenvolvimento do Estado.

Ora, se a Assembléia Legislativa, se nós, do Poder Legislativo, não temos não só o direito, temos obrigação de estarmos lá participando, e inclusive se for possível, influenciando nas decisões para melhor conduzir a prática desenvolvimentista do Estado.

Além do mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há que se acrescentar, para deixar bem claro, que no mesmo instante em que estão presentes no Conselho de Investimento, Federação da Agricultura, não tem a Federação dos Trabalhadores da Agricultura, tem a Federação da Indústria e não tem a Federação dos Industriários, mas tem Secretários de Estado, tem Secretários de outras pastas, tem a Universidade Federal do Paraná, e a Assembléia Legislativa, o Poder político que representa aqui, efetivamente, toda a comunidade do Estado, são 58 Srs. Deputados que, bem ou mal, trazem em seu bojo caracteristicamente os anseios de cada um e de todos os paranaenses, e é a hora, num momento como este, em que como disse, há o grito geral para se processar a agro-indústria no Paraná, que efetivamente a Comissão de Indústria e Comércio tenha um representante que poderia inclusive, ser em rodízio, conforme recomendação que poderia ter instituída "inter-corporis", dentro da própria comissão técnica: um rodízio em que, em cada reunião, poderia ir um dos Srs. Deputados e trazer a este Plenário, à Casa e à Imprensa, as decisões, porque relatórios e atas, todos sabemos e estamos cansados de ver, muitas vezes feitos pelos advogados e às vezes até ditados por telefone, e outras vezes, não traduzindo o que realmente aconteceu no corpo-a-corpo dos debates em determinadas horas de decisões.

Efetivamente, entendemos, em que pesa malogradas as outras duas emendas, que entendemos uma prática condenável quanto ao trabalho, que é o único realmente instrumento de fonte de capital no mundo. É do trabalho que surge o resto, e neste País e nesta Assembléia, se valoriza o capital, se menospreza o trabalho, aquele que é a origem primordial de toda a fonte de riqueza do mundo.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente,** o nobre orador não pode ater-se a matérias já vencidas. As duas emendas rejeitadas o foram soberanamente pelo Plenário, e o Regimento Interno veda a discussão sobre matéria vencida. Deve-se ater à discussão da emenda que está em apreciação.

**O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes)** A Mesa faz um apelo ao orador que se encontra na tribuna, que se atenha ao assunto da matéria relativamente à emenda presente.

**O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço, Sr. Presidente,**

Conhecemos. Quando se mexe com o capital, a coisa realmente complica neste País.

Concluo, Sr. Presidente, porque o que estamos levantando são argumentações para concluir, e por isso, vou terminar.

Entendo que, parte até dos trabalhadores, parte até dos industriários, estariam representando no Conselho de Investimentos, se a Assembléia lá estivesse, se as Secretarias de Estado podem estar e devem estar; se o BANESTADO está e deve estar; se a Universidade Federal do Paraná, a classe pensante, onde há a pesquisa, o debate, está representada porque não o Poder Político?

Parece-me, Sr. Presidente, em que pese a decisão já clara, que será rejeitada, estamos, neste instante, indo contra cada um dos Srs. Deputados, porque é nesta hora que nós, políticos, devemos resgatar o papel histórico que perdemos neste País, em termos desrespeitados e ridicularizados, confundidos e melindrados, porque não temos tido, em todos os instantes e até como um destes, pequeno, secundário, mínimo, a competência de ocuparmos os espaços que a classe política deixou escorregar entre os dedos, nestes últimos anos, fazendo com que a tecno-burocracia fosse, na verdade, a grande materialidade das decisões neste Estado e neste País.

É assim que estaremos dando continuidade às aberrações, às contradições, para que, de repente, o BADEP venha a financiar determinados grupos e até multinacionais, que, com sobra do dinheiro que receberam da própria instituição, acaba servindo para comprar firmas particulares, como aconteceu, segundo informações existentes, com a Philips Morris, que com o dinheiro que recebeu do BADEP, lhe sobrou até para comprar a companhia Souza Cruz de Cigarros, eminentemente nacional.

Ora, Sr. Presidente, é nesta hora que o paranaense tem que se fazer ouvir no Banco de Investimento, quando sabemos as pressões que o capital estrangeiro faz. Quando sabemos que, numa Cidade Industrial, como a nossa, com todos os prós e contras, existindo com a presença extraordinária do capital estrangeiro, precisávamos ter a ombridade de, como paranaenses e como brasileiros, irmos lá e decidirmos, em conjunto, brigar corpo-a-corpo, nas idéias e nas decisões. Para fazermos, efetivamente, desse Banco, um Banco de Desenvolvimento que carrega recursos de cada um e de todos os paranaenses, fazermos desse Banco um instrumento social e não um instrumento de grupo para beneficiar até o capital estrangeiro.

E aí é que o político paranaense deveria estar. E a Assembléia Legislativa, através da Comissão de Indústria e Comércio, que foi feita para isso, não só para fazer visita de confraternização e almoços, não só para isso, mas que também atuasse, dia a dia, nesse setor fundamental para a vida de todos nós, paranaenses.

Oxalá tivéssemos mais sensibilidade numa hora séria dessas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes)** Continua em votação.

**O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Para encaminhar a votação)** Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente e datíssima vênha ao Deputado Nelson Friedrich, temos que discordar.

Não existe nenhum Deputado, com assento nesta Casa, que seja desfavorável, ou seja contra as prerrogativas do Poder Legislativo.

Todos nós, independentemente de partidos, somos favoráveis ao retorno das prerrogativas do Poder Legislativo, que não é um Poder, ainda.

Mas, data vênha, repito, do Deputado que me antecedeu, não podemos confundir as coisas. O Deputado Nelson Friedrich

está confundindo "alhos com bugalhos". Não seria a representação de um Poder, que se pretende poder, se imiscuindo num Banco de Desenvolvimento, afeto ao Poder Executivo, que iríamos devolver, ou pretender que se devolvesse parte de nossas atribuições.

Isso não é atribuição do Poder Legislativo.

Não seria a representação no BADEP, porque se assim o fosse, teríamos que reivindicar a mesma representatividade no BANESTADO, no Tribunal de Justiça, no Palácio Iguaçu, enfim, em todos os órgãos do Governo, Secretário de Estado se representar neste Conselho é do Poder Executivo também. Está na mesma área, no mesmo sentido, a mesma atribuição administrativa. Se não, teríamos que fazer representações junto à Mitra Diocesana, junto às demais instituições não administrativas, Comando da 5.<sup>a</sup> Região, etc.

Então, acho que não se pode, absolutamente, data vênua toda a euforia do nosso "Deputado do Ano", a quem admiro muito pessoalmente, mas não procede a sua argumentação. Porque, evidentemente, não será através dessa participação de Deputados, que vamos ver desenvolvidas nossas prerrogativas.

Precisamos, isto sim, fazer com que possamos, realmente, como Deputados, como Representantes de uma classe política, muito bem dito pelo nobre Deputado, representamos a classe política do Estado e não a administrativa, qualquer interferência, qualquer ingerência, num conselho administrativo, iria ser uma participação administrativa que absolutamente não nos interessa.

Portanto, Sr. Deputado, eu tenho a impressão que a nossa Bancada entendendo perfeitamente a verdadeira e real missão do Poder Legislativo, votará contra essa emenda.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. RENATO BERNARDI — (Para encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sei que este encaminhamento de votação cumpre também uma parte da parábola bíblica, da mensagem lançada "aos pés do caminheiro de que jamais germinará".

Entretanto, nós votamos globalmente o projeto, Sr. Presidente. Dentre os seus artigos, votamos o artigo 2.<sup>o</sup> na sua íntegra, que é agora o ponto de discussão.

Se estivesse, Sr. Presidente, havendo uma pretensão de intromissão do Poder Legislativo, em qualquer função da política administrativa do Poder Executivo, nós daríamos total razão aos motivos invocados pela Bancada Situcionista, para se colocar contra esta emenda.

Se fosse o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., um Banco aos moldes do BANESTADO, fosse um Banco aos moldes de qualquer uma das unidades do grande poder que hoje representa a indústria financeira neste País, com fins específicos de investimento com o seu respectivo lucro, poder-se-ia entender como a intromissão do Legislativo numa área específica do Poder Executivo.

No entanto, Sr. Presidente, nobres Deputados, quem acompanhou, como nós acompanhamos, a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná, criado ainda no Governo Ney Braga em 1961, quem acompanhou como, creio eu, quase todos os Parlamentares desta Casa, acompanharam a criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná, com uma filosofia manifesta publicamente, com uma finalidade eminentemente social, procurando ser uma alavanca para o desenvolvimento de áreas prioritárias do Paraná, procurando adequar esta parcela geográfica do Brasil, notável e destacada na área primária de produção, para quebrar um bloqueio existente entre o setor primário e o setor secundário, partindo conseqüentemente para a indús-

trialização, filosofia esta que teria que ter um cunho eminentemente social.

E a aceitar as premissas colocadas na criação deste Fundo, na criação da CODEPAR, na transformação da CODEPAR em Banco de Desenvolvimento do Paraná, tanto é verdade que esse primado passa a ter uma configuração muito clara e definida, que este artigo 2.<sup>o</sup> não visa apenas a uma política administrativa de executivos e vai buscar no seio da sociedade civil, representação que possa dar a esta instituição financeira, Sr. Presidente, um cunho de representatividade e legitimidade.

Daí porque, Secretários da área econômica, representantes da Universidade Federal do Paraná, representantes das Federações de detentores de capital, nas duas emendas frustradas da Oposição representantes da área de produção do setor de trabalho. É então dentro deste conceito, Sr. Presidente, de legitimidade e representatividade, quer me parecer que a emenda proposta pelo Deputado Nelson Friedrich, com o apoio de vários Deputados da Oposição, tem inteira procedência.

Porque não será uma intromissão do Poder Legislativo, mas será apenas, a significação de uma participação daqueles que legitimamente eleitos pela vontade popular, poderão neste Conselho de Administração, dar também aquele cunho que normalmente tam faltado aos serviços do Poder, que são os tecnocratas.

Entretanto, Sr. Presidente, sei de antemão que esta emenda será rejeitada. Sei de antemão, que a Oposição pela sua expressão numérica, se mostrará impotente para a aprovação desta emenda.

Mas, se, também, Sr. Presidente, e hoje, dentro do Parlamento paranaense, que os pretextos usados para a rejeição da Emenda Flávio Marcílio, deve ter lançado pelo ar, as sementes que entraram também no Parlamento do Paraná. Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação a Emenda n.<sup>o</sup> 4. Rejeitada.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defer.

(É procedida a verificação de votação)

5 Sr. Deputados aprovam; 30 Srs. Deputados rejeitam. Rejeitada.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 168/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.<sup>o</sup> 75/80), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Paranaguá, o imóvel que especifica, de propriedade do Estado, situado na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 66/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.<sup>o</sup> 67/80, (Mens. Govern. n.<sup>o</sup> 76/80), que aprova o Termo de Convênio SELP n.<sup>o</sup> 156, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Adrianópolis, objetivando a compra e distribuição de uniformes e material escolar para alunos das primeiras séries de ensino de primeiro grau. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 67/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.<sup>o</sup> 68/80, (Mens. Govern. n.<sup>o</sup> 77/80),

que aprova o Termo de Convênio SELP n.º 126, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Fundação Projeto Rondon, visando ao estabelecimento de mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesses do Estado e de seus Municípios. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 68/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 69/80, (Mens. Govern. n.º 78/80), que aprova os Termos Aditivos e Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios aqui nominados, que objetiva a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia, Ciretrans e Cadeias Públicas, nas sedes dos citados Municípios. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 70/80, (Mens. Govern. n.º 79/80), que aprova os Termos Aditivos celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de São Jorge do Ivaí e Tuneiras do Oeste, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana na sede dos citados Municípios. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferiu.  
(É procedida a verificação de votação)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, antes da verificação de votação, requeiro a Vossa Excelência chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferiu e procederá a chamada nominal.  
(É feita a chamada)

Responderam a chamada 40 Srs. Deputados. A Mesa procederá a verificação de votação, atendendo solicitação do Sr. Deputado Renato Bernardi.

(É procedida a verificação de votação)

40 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

**Aprovado, o Projeto de Resolução n.º 69/80, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 73/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 71/80, (Mens. Govern. n.º 81/80), que aprova os Convênios de Cooperação e Compromisso, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Palmeira e Inuituva, objetivando a construção do terminal rodoviário de passageiros nas sedes dos citados Municípios. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Jornalista David Nasser. **Aprovado. Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo pela passagem do 28.º aniversário de emancipação política do Município de Francisco Beltrão. **Aprovado. Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "A Voz do Povo", de Umuarama. **Aprovado. Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, Ministro dos Transportes, Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo seja envidado esforços no sentido de que seja efetuada a duplicação da BR-277, a partir do Km 565. **Aprovado.**

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferiu.

(É procedida a verificação de votação)

11 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, sexta-feira, às 10,00 horas com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.